



Prefeitura Municipal da Estância Turística de Paraguaçu Paulista Estado de São Paulo

JUSTIFICATIVA

Projeto de Lei Complementar nº. 011, de 17 de setembro de 2007.

**Senhora Presidente,
Senhoras Vereadoras,
Senhores Vereadores,**

O atual Código Tributário do Município foi consolidado por intermédio da Lei Complementar nº. 057, de 22 de dezembro de 2005. Nos seus artigos 5º ao 33 está o disciplinamento específico do Imposto Sobre a Propriedade Territorial Urbana (IPTU Territorial).

O IPTU Territorial tem como fato gerador a propriedade, o domínio útil ou a posse de imóvel não edificado (terrenos ou partes não edificadas dos terrenos) localizado na zona urbana do Município. O contribuinte deste imposto é o proprietário, o titular do domínio útil ou o possuidor do imóvel não edificado, a qualquer título.

A base de cálculo do IPTU Territorial é o valor venal do imóvel não edificado, ao qual se aplicam as alíquotas a seguir previstas: quando o imóvel estiver sem muro e sem passeio calçado a alíquota é de 5,0% (cinco por cento); quando o imóvel dispuser de muro ou de passeio calçado a alíquota é de 3,5% (três inteiros e cinco décimos por cento).

O Código Tributário antigo definia as alíquotas do IPTU Territorial em 5,0% (cinco por cento) na 1ª zona fiscal, 4,0% (quatro por cento) na 2ª zona fiscal e 3,0% (três por cento) nas demais zonas fiscais. Eram definidas, ao todo, seis zonas fiscais. Percebe-se, então, que as alíquotas do IPTU Territorial praticamente não sofreram alterações com o novo Código Tributário.

Por outro lado, na mesma época foi editada a Lei Complementar nº. 059, de 22 de dezembro de 2005, que aprovou a nova Planta Genérica de Valores (PGV), para a fixação dos valores venais dos imóveis situados no Município. A nova PGV definiu 22 (vinte e duas) zonas de valorização, a fim de tornar a cobrança desse imposto mais equânime e atualizar estes valores que se encontravam totalmente defasados.

A Prefeitura também realizou, e ainda está realizando, a atualização do cadastro imobiliário municipal. Por conta disso, verificou-se, num simulado do cálculo do IPTU 2008, que as atuais alíquotas do IPTU Territorial necessitam de adequação, a fim de não onerar ainda mais o contribuinte municipal, e evitar assim o aumento da inadimplência.

Assim, encaminhamos para a apreciação e deliberação dessa egrégia Casa Legislativa o presente Projeto de Lei Complementar, que “Dispõe sobre a alteração do art. 11 da Lei Complementar nº. 057, de 22 de dezembro de 2005 – Código Tributário do Município”, reduzindo as alíquotas do IPTU Territorial de 5,0% (cinco por cento) para 3,0% (três por cento) e de 3,5% (três inteiros e cinco décimos por cento) para 2,0% (dois por cento).

Atendendo ao disposto no artigo 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal e na Lei de Diretrizes Orçamentárias, acompanha o presente projeto de lei a estimativa do impacto orçamentário e financeiro demonstrando os efeitos estimados decorrentes da implementação das medidas ora propostas.



**Prefeitura Municipal da Estância Turística de Paraguaçu Paulista
Estado de São Paulo**

Dada à relevância da matéria em pauta, solicitamos dessa egrégia Casa Legislativa a análise e aprovação da presente proposta, submetendo a mesma ao regime de urgência para a sua tramitação, conforme o disposto nos artigos 189, II; 193 e 202, do Regimento Interno dessa Câmara Municipal.

Atenciosamente.

CARLOS ARRUDA GARMS
Prefeito Municipal



**Prefeitura Municipal da Estância Turística de Paraguaçu Paulista
Estado de São Paulo**

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº. 011, DE 17 DE SETEMBRO DE 2007.

“Dispõe sobre a alteração do art. 11 da Lei Complementar nº. 057, de 22 de dezembro de 2005 – Código Tributário do Município”.

A CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE PARAGUAÇU PAULISTA

APROVA:

Art. 1º O art. 11 da Lei Complementar nº. 057, de 22 de dezembro de 2005 – Código Tributário do Município, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 11.

I - sem muro e sem passeio calçado: 3,0%

II - com muro ou com passeio calçado: 2,0%

.....” (NR).

Art. 2º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos em 1º de janeiro de 2008.

Estância Turística de Paraguaçu Paulista-SP, 17 de setembro de 2007.

**CARLOS ARRUDA GARMS
Prefeito Municipal**



Prefeitura Municipal da Estância Turística de Paraguaçu Paulista
Estado de São Paulo

Projeto de Lei Complementar nº. 011, de 17 de setembro de 2007 Fls. 2 de 2

DEMONSTRATIVO DO IMPACTO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRO
PARA RENÚNCIA DE RECEITA DE NATUREZA TRIBUTÁRIA

Art. 14, LRF

1. ESTIMATIVA DE IMPACTO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRO

R\$ 1.000,00

ESPECIFICAÇÃO	2007	2008	2009
1. Superávit Financeiro Exercício Anterior	-3.243	-3.243	-3.243
2. Receita Prevista	47.000	54.000	56.867
3. Disponibilidade Financeira (1+2)	43.757	50.757	53.624
4. Evento: Redução das alíquotas IPTU Territorial	0	94	94
5. --			
6. --			
7. Total de Renúncia de Receita (4+5+6)	0	94	94
8. Impacto Orçamentário (7 / 2)	0,00%	0,20%	0,17%
9. Impacto Financeiro (7 / 3)	0,00%	0,21%	0,19%

2. PREMISSAS

O Município tem registrado 2.300 unidades cadastrais objeto de lançamento do Imposto sobre a Propriedade Territorial Urbana (IPTU). O valor lançado para o exercício de 2007 foi de R\$ 454.927,87. Até o início de Setembro/2007 foi arrecadado R\$ 130.39,17. Com a redução das alíquotas desse imposto a previsão de lançamento para 2008 é de R\$ 360.000,00. A renúncia de receita para 2008 então seria de R\$ 94.927,87 (estimativa) em relação a 2007. A renúncia de receita prevista com o IPTU para o exercício seguinte, conforme a LDO 2008, é de R\$ 358.620,00, que será compensada com redução da despesa a ser considerada na proposta orçamentária de 2008, que será encaminhada até o fim do mês de setembro à Câmara Municipal.

3. METODOLOGIA DE CÁLCULO

R\$ 1.000,00

Lançamento - IPTU Territorial 2007	454
(-) Previsão de renúncia de receita por conta do evento 2008	94
Previsão de arrecadação líquida 2008	360

(360 - 94)

4. DECLARAÇÃO

Para fins do disposto na Lei Complementar nº. 101/00 - LRF, declaramos, que o evento do qual decorre a renúncia de receita atende ao disposto na lei de diretrizes orçamentárias; a renúncia foi considerada na estimativa de receita da lei orçamentária, na forma do art. 12; e não afetará as metas de resultados fiscais previstas no anexo próprio da lei de diretrizes orçamentárias.

Estância Turística de Paraguaçu Paulista-SP, em 17/09/2007.

Prefeito Municipal

Diretor de Administração e Finanças